

c) A comunicação prevista na alínea anterior far-se-á por carta registada com aviso de receção para a morada constante no requerimento, tendo a pessoa requerente a contar da data da receção da notificação dez dias para se pronunciar;

d) Findo o prazo e mantendo-se o incumprimento previsto no n.º 1 os Serviços Municipais desencadearão o processo para a cessação do apoio financeiro, a submeter a despacho do Presidente da Câmara.

3 — Para além da cessação do apoio financeiro o requerente pode:

a) Ser obrigado a restituir ao Município os benefícios atribuídos;

b) Ficar impedido de apresentar candidatura ao FES Vila Real, pelo período de um ano, contado a partir da data da cessação, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal decorrentes da prática de tais atos;

4 — As penalizações previstas no número anterior podem ser cumulativas.

Artigo 14.º

Controlo e monitorização do FES Vila Real

1 — Compete aos Serviços Municipais o controlo e monitorização do FES Vila Real, organizando para o efeito um *dossier* onde conste: a identificação dos beneficiários, os montantes dos apoios atribuídos por tipologia de apoio e a execução orçamental.

2 — Atingidos 70 % da execução orçamental são priorizados os apoios a agregados familiares que no ano civil em causa não tenham beneficiado de qualquer apoio previsto no presente regulamento.

Artigo 15.º

Omissões

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, são submetidos a deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 16.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor 5 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

310488548

Aviso n.º 6035/2017

Alteração do Código Regulamentar do Município de Vila Real Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços — Parte E

Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, torna público que, promovida que foi a consulta pública e audiência dos interessados nos termos previstos nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, do Projeto de Alteração do Código Regulamentar do Município de Vila Real — Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços — Parte E, através da sua publicação no site institucional do Município de Vila Real e na 2.ª série do *Diário da República* conforme aviso n.º 595/2017 de 12 de janeiro de 2017, pelo período de 30 dias úteis, foi a referida alteração aprovada definitivamente por deliberação do Executivo Municipal de 20 de março de 2017 e pela Assembleia Municipal em sessão realizada em 26 de abril de 2017.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 139.º e 140.º do C.P.A., publica-se em anexo a versão final da Alteração do Código Regulamentar do Município de Vila Real — Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços — Parte E, a qual entrará em vigor no 1.º dia útil após a presente publicação, podendo ser consultada no site institucional do Município em www.cm-vilareal.pt.

10 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal de Vila Real, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos.

Alteração ao Código Regulamentar do Município de Vila Real

Preâmbulo

O Código Regulamentar do Município de Vila Real foi submetido a reunião do Executivo Municipal em 15 de junho de 2016 e aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 28 de junho do mesmo

ano, tendo sido publicado na página da internet do Município de Vila Real e no *Diário da República* em 3 de agosto de 2016 através do aviso n.º 9635/2016 e entrado em vigor no dia 10 de agosto de 2016.

No Título I da Parte E do referido Código consta regulamentada a matéria referente aos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços tendo por referência o Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de maio alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro, diploma este que, a par da liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos, procede a uma descentralização da decisão de limitação dos horários, prevendo que as autarquias possam restringir os períodos de funcionamento, em casos devidamente justificados, atendendo a critérios relacionados com a segurança e proteção da qualidade de vida dos cidadãos.

O Art.º E-1/3.º (Regimes específicos) delimitou os horários atendendo à localização e ao tipo de estabelecimento em causa.

No caso dos clubes, cabarets, *boîtes*, discotecas, *dancings*, casas de fado e estabelecimento análogos, o horário de funcionamento destes estabelecimentos sofreu uma redução de 2 horas relativamente ao que vigorava antes da entrada em vigor do Código. Com efeito, o Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e da Prestação de Serviços do Município de Vila Real previa que estes estabelecimentos pudessem praticar o horário entre as 18h00 e as 06h00 todos os dias da semana.

Esta situação justificou que a Câmara Municipal ao abrigo do regime excecional previsto no artigo E-1/8.º tenha autorizado o alargamento do horário de funcionamento destes estabelecimentos até às 06h00 nos meses de setembro, outubro e novembro de 2016 por se tratar de uma época coincidente com o início do ano escolar universitário e com o consequente aumento da população estudantil no concelho.

Decorrido tal período de tempo, não foram registadas queixas relativamente a questões de ruído provenientes dos estabelecimentos em causa.

Assim, considerando que:

As entidades privadas que trabalham neste setor manifestaram e assumiram o compromisso de fazer cumprir as normas legais a que estão adstritos, nomeadamente a Lei do ruído;

Existe apenas uma diferença de 2 horas relativamente ao horário de funcionamento, por exemplo, de um café e uma discoteca, situação que atendendo às características específicas de cada estabelecimento pode potenciar uma situação de distorção da concorrência;

O espírito subjacente à lei habilitante nesta matéria é o da liberalização dos horários com o consequente reforço da fiscalização e o aumento do valor das coimas e introdução da figura da sanção acessória;

O Código Regulamentar prevê expressamente que o Município, por iniciativa própria, pode restringir os limites dos horários de funcionamento dos estabelecimentos quando estejam em causa razões de segurança, proteção da qualidade de vida, nomeadamente, o direito ao repouso dos cidadãos ou existam reclamações fundamentadas sobre o prejuízo causado pelo funcionamento dos estabelecimentos,

foi elaborado um projeto de alteração ao Código Regulamentar, o qual foi publicado para consulta pública pelo período de 30 dias úteis, no site institucional do Município através do Edital n.º 75/2016 de 9 de dezembro e na 2.ª série do *Diário da República* de 12 de janeiro de 2017 através do Aviso n.º 595/2017.

Simultaneamente, em cumprimento do disposto no artigo 100.º do C.P.A. e na legislação habilitante, procedeu-se à audiência, por igual período, das seguintes entidades representativas dos interesses em causa:

Associação Comercial e Industrial de Vila Real (ACIVR);
NERVIR, Associação Empresarial de Vila Real;
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte;
Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP);
Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo (APHORT);
Guarda Nacional Republicana (GNR);
Polícia de Segurança Pública (PSP) e
Junta de Freguesia de Vila Real.

Esta fase que se seguiu de consulta pública e audiência dos interessados revelou-se importante na medida em que possibilitou detetar uma imprecisão na redação dos n.º 1 e 2 do artigo E-1/3.º, concretamente, na aplicação dos conceitos de estabelecimento de restauração e/ou bebidas e estabelecimento de restauração e/ou bebidas com espaço de dança e a sua consequente subsunção a designações comumente utilizadas na gíria corrente, e assim proceder à sua correção.

Procede-se assim à presente alteração, o que se faz nos termos a seguir mencionados.

Artigo 1.º

Alteração ao Código Regulamentar do Município de Vila Real

O artigo E-1/3.º do Capítulo II do Título I da Parte E do Código Regulamentar do Município de Vila Real passa a ter a seguinte redação:

«Artigo E-1/3.º

Regimes específicos

1 — Os estabelecimentos de restauração e/ou bebidas, de caráter sedentário ou não, tais como, cafés, cervejarias, casas de chá, restaurantes, bares, *snack-bars*, *self-services* e estabelecimentos análogos situados em edifícios de habitação, individual ou coletiva, ou que se localizem em zona com prédios destinados a uso habitacional num raio de 50 metros, podem adotar o horário de funcionamento entre as 7h00 horas e as 02h00 horas de todos os dias da semana.

2 — Os estabelecimentos de restauração e/ou bebidas com espaço para dança, ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, tais como, clubes, cabarets, *boîtes*, discotecas, *dancings*, casas de fado e estabelecimentos análogos situados em edifícios de habitação, individual ou coletiva, ou que se localizem em zona com prédios destinados a uso habitacional num raio de 50 metros, podem adotar o horário de funcionamento entre as 18h00 e as 06h00 horas de todos os dias da semana.

3 — [...]

4 — [...]

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente alteração ao Código Regulamentar do Município de Vila Real entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

310488183

MUNICÍPIO DE VILA DE REI**Aviso n.º 6036/2017****Cessação de Relação Jurídica Emprego Público por Aposentação**

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na al. d), do n.º 1, do art.º 4, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessaram a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, por motivo e aposentação, os seguintes trabalhadores:

Maria da Conceição Fernandes Serras Dias Lopes, Coordenadora Técnica, posição 2 nível 7 (1441,78€), com efeitos a 1/2/2016, constando da lista dos aposentados publicada em *DR*, 2.ª série, n.º 26 de 8/2/2016;

Eduardo Augusto de Oliveira Lima, Assistente Operacional, posição 4, nível 4 (635,07€), com efeitos a 1/4/2016, constando da lista dos aposentados publicada em *DR*, 2.ª série, n.º 66 de 5/4/2016;

Beatriz Nunes da Silva, Assistente Operacional, posição 3 nível 3 (583,58€), com efeitos a 1/4/2016, constando da lista dos aposentados publicada em *DR*, 2.ª série, n.º 66 de 5/4/2016;

Isidro Vicente Pires, Assistente Operacional, posição 5, nível 5 (683,13€), com efeitos a 1/11/2016 constando da lista dos aposentados publicada em *DR*, 2.ª série, n.º 213 de 07/11/2016.

4 de maio de 2017. — A Chefe de Divisão Planeamento e Coordenação Estratégica, Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo.

310489017

Aviso n.º 6037/2017**Mobilidade interna**

Torna-se público, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2, art. 92.º, n.º 2 do art. 93.º, todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi autorizada, por despacho do Presidente da Câmara, de 24/3/2017, a mobilidade interna na categoria, pelo período de 18 meses, com efeitos a partir de 01 de maio de 2017, de Ana Rita Rodrigues Leitão Granja Vieira, titular da categoria e carreira de Técnico Superior (Arquivo), posição entre 2 e 3, nível entre 15 e 19 (1 304,46€), em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Vila de Rei, para o desempenho de funções na mesma categoria e carreira, no Instituto Politécnico de Leiria.

4 de maio de 2017. — A Chefe de Divisão Planeamento e Coordenação Estratégica, Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo.

310488612

Aviso n.º 6038/2017**Licença sem Remuneração de Longa Duração**

Para os devidos efeitos se torna público que por despacho do Presidente da Câmara Ricardo Jorge Martins Aires, de 16/01/2017, foi concedida licença sem remuneração, de longa duração, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 280.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, à trabalhadora Maria Celeste Leitão Rodrigues da Costa, com a categoria e carreira de Técnica Superior (Gestão e Administração Pública), com efeitos a 1 de fevereiro de 2017, inclusive.

5 de maio de 2017. — A Chefe de Divisão Planeamento e Coordenação Estratégica, Paula Cristina Barata Joaquim Crisóstomo.

310488767

MUNICÍPIO DE VINHAIS**Aviso (extrato) n.º 6039/2017****Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, na sequência dos procedimentos concursais abertos por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 238 de 14 de dezembro de 2016, e após negociação do posicionamento remuneratório, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o seguinte trabalhador:

Referência A — Técnico Superior — Serviço Social, Pedro Miguel Martins Miranda, com a remuneração de 1.201,48€, correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, com efeitos a 3 de maio de 2017;

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 46.º da LTFP, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental fica assim constituído:

Referência A — Presidente — Maria Glória Pires Cruz Veleda — Técnica Superior
Vogais efetivos:

Maria José Gomes Madureira — Técnica Superior

José António Gomes Assis Rodrigues — Especialista de Informática

3 de maio de 2017. — O Presidente da Câmara Municipal, Américo Jaime Afonso Pereira (Dr.)

310485745

Aviso (extrato) n.º 6040/2017**Celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, na sequência dos procedimentos concursais abertos por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 117 de 21 de junho de 2016, e após negociação do posicionamento remuneratório, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 02 de maio de 2017, com os seguintes trabalhadores:

Referência B — Assistente Técnico, Paula Cristina Lopes da Silva, com a remuneração de 683,13 € correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única.

Referência F — Assistente Operacional, Motorista, Rui Carlos Correia Borges com a remuneração de 557,00 € correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única.

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 46.º da LTFP, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental fica assim constituído:

Referência B:

Presidente — Alfredo Paulo Vila Moura dos Santos — Chefe de Equipa Multidisciplinar.